

PORTARIA Nº 0027/2020/CGE/MT

Dispõe sobre a avaliação de programas de integridade de microempresas e empresas de pequeno porte.

O CONTROLADOR GERAL DE ESTADO, no uso das atribuições que lhe conferem, respectivamente, os artigos 71, inciso II, da Constituição Estadual, artigo 33, da Lei Complementar nº 550/2014, e tendo em vista o disposto no art. 7º, inciso VIII, da Lei nº 12.846, de 1º de agosto de 2013, e o Decreto Estadual nº 522/2016, de 15 de abril de 2016 e,

CONSIDERANDO a necessidade de fixar critérios técnicos para a avaliação de existência, aplicação e efetividade de programas de integridade de microempresa e de empresas de pequeno porte no âmbito dos Processos Administrativos de Responsabilização e Acordo de Leniência, nos termos da Lei Federal nº 12.846, de 1º de agosto de 2013 e do Decreto Estadual nº 522 de 15 de abril de 2016;

CONSIDERANDO sua aprovação em 3/4/2020 pelo Conselho do Sistema de Controle Interno em cumprimento à sua competência estabelecida no artigo 8º da Lei Complementar nº 550/2014;

R E S O L V E:

Art. 1º As medidas de integridade de microempresa ou empresa de pequeno porte, para fins da aplicação do disposto no inciso V do art. 38 e no inciso IV do art. 49 do Decreto nº 522, de 15 de abril de 2016, serão avaliadas nos termos desta Portaria.

§ 1º Será considerada microempresa ou empresa de pequeno porte a pessoa jurídica que cumprir os requisitos estabelecidos na Lei Complementar nº 123, de 14 de dezembro de 2006.

§ 2º A implementação, por microempresa ou empresa de pequeno porte, dos parâmetros de que trata o § 3º e o caput do art. 48 do Decreto nº 522, de 2016, poderá ser efetivada por meio de medidas de integridade mais simples, com menor rigor formal, que demonstrem o comprometimento com a ética e a integridade na condução de suas atividades.

§ 3º As medidas de integridade implementadas deverão considerar o atendimento aos parâmetros relacionados no Anexo desta Portaria e sua adequação ao perfil da empresa.

Art. 2º Para que seu programa de integridade seja avaliado, a pessoa jurídica deverá apresentar:

I - relatório de perfil; e

II - relatório de conformidade do programa.

Parágrafo Único. Os modelos de relatórios supracitados estão disponíveis no endereço eletrônico <http://www.controladoria.mt.gov.br/modelos>.

Art. 3º No relatório de perfil, a microempresa ou a empresa de pequeno porte deverá prestar as seguintes informações:

I - áreas de atuação;

II - responsáveis pela administração;

III - quantitativo de empregados e a estrutura organizacional; e

IV - nível de relacionamento com o setor público, especificando:

a) principais autorizações, licenças e permissões governamentais necessárias para o exercício de suas atividades;

b) valor aproximado dos contratos celebrados ou vigentes com o setor público nos últimos três anos e a participação destes no faturamento anual; e

c) utilização de agentes intermediários, como procuradores, despachantes, consultores ou representantes comerciais, no relacionamento com o setor público.

Art. 4º No relatório de conformidade, a microempresa ou a empresa de pequeno porte deverá:

I - relacionar e demonstrar o funcionamento das medidas de integridade adotadas; e

II - demonstrar como as medidas de integridade contribuíram para a prevenção, detecção e remediação do ato lesivo objeto da apuração.

Parágrafo único. A comprovação das informações de que trata o caput pode abranger a apresentação de documentos oficiais, correios eletrônicos, cartas, declarações, correspondências, memorandos, atas de reunião, relatórios, indicadores de compliance, manuais, imagens capturadas da tela de computador, gravações audiovisuais e sonoras, fotografias, ordens de compra, notas fiscais, registros contábeis ou outros documentos, preferencialmente em meio digital.

Art. 5º A aplicação do percentual máximo previsto no inciso V do art. 38 do Decreto nº 522, de 2016, fica condicionada ao atendimento pleno dos parâmetros de integridade e a efetiva atuação das medidas na prevenção, detecção e remediação do ato lesivo objeto da apuração.

Parágrafo único. A autoridade responsável pela avaliação das medidas de integridade poderá realizar entrevistas e solicitar novos documentos.

Art. 6º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

Dê-se ciência, registre-se, publique-se e cumpra-se.

Cuiabá, 12 de maio de 2020.

Emerson Hideki Hayashida

Secretário Controlador-Geral do Estado

ANEXO

PARÂMETROS DE INTEGRIDADE DA MICROEMPRESA E M P R E S A DE PEQUENO PORTE	ESCLARECIMENTOS sobre os Parâmetros de Integridade para as MPE**	os EXEMPLOS de medidas de integridades que as MPE podem adotar (Rol não-taxativo) ***
PARÂMETROS DE INTEGRIDADE		

(Art. 48 do Decreto nº 522, de 15 de abril de 2016) *

"I	A alta direção de uma MPE é representada por seus administradores, sejam eles seus sócios, proprietários, donos, chefes ou gerentes.	Disponibilizar cursos, palestras, debates e exposições sobre a ética e integridade, bem como fomentar a participação de funcionários em tais atividades; Difundir a cultura de integridade por meio de e-mails, redes sociais, cartazes, entre outros, informando os funcionários sobre a importância e necessidade das medidas de integridade; Implementar as condutas definidas no código de ética e incentivar que seus funcionários façam o mesmo; Difundir posturas éticas e íntegras de funcionários; Promover e incentivar debates sobre comportamentos éticos e íntegros, inclusive por meio de estudos de casos; e Promover a conscientização de que a corrupção é prejudicial a todos e deve ser combatida.
comprometimento da alta direção da pessoa jurídica, incluídos os conselhos, evidenciado pelo apoio visível e inequívoco ao programa;"	O comprometimento da alta direção será verificado mediante atuação e a postura da direção da empresa em relação aos seus funcionários.	
	A direção deve disseminar a cultura de integridade, atuar na execução das medidas estabelecidas e tornar público o seu compromisso com o tema.	

"II - padrões de conduta, código de ética, políticas e procedimentos de integridade, aplicáveis a todos	A MPE deve reconhecer e promover valores, comportamentos e princípios de condutas necessários à integridade da empresa, tanto para funcionários quanto para a direção.	Elaborar código de ética com valores, comportamentos e princípios de condutas aplicáveis a todos os funcionários e à direção, incluindo regras de relacionamento com o setor público; Divulgar o código de ética, por meio da afixação de cartazes, placas, sinais, mensagens sobre os padrões de conduta e os procedimentos que devem ser
	Os valores, comportamentos e princípios de condutas devem constar de um código de ética.	

os empregados e código de ética deve contribuir observados; Atualizar o código de ética; e Atualizar os procedimentos administradores, para a construção da cultura de trabalho e negócios dentro da empresa e deve ser fonte de consulta para funcionários e para a direção na tomada de decisão que envolva questões relativas à integridade da empresa.

O treinamento é um dos pontos mais importantes para o funcionamento efetivo das medidas de integridade. A direção e os funcionários devem participar de treinamentos sobre assuntos relacionados às medidas de integridade, principalmente sobre o conteúdo do código de ética, os valores que orientam a cultura ética e os principais riscos relativos às atividades da MPE.

Todas as empresas, com exceção do empresário individual a que se refere o art. 966 da Lei nº 10.406, de 10 de janeiro de 2002 - Código Civil, precisam registrar contabilmente suas operações, vendas, compras, empréstimos, rendimentos e prejuízos são fatos que afetam o patrimônio de uma empresa e, por isso, devem ser registrados.

"VI - registros contábeis que reflitam de forma completa e precisa as transações da pessoa jurídica;"

Implantar sistema eletrônico de registro contábil; Registrar as transações nos livros oficiais;

Preservar os livros e registros contábeis;

Preservar os documentos que comprovem o recolhimento de impostos e contribuições devidas enquanto não ocorrer a decadência ou a prescrição; Assegurar-se de que o contador é profissional habilitado.

Controles internos são procedimentos que verificam se as transações, compras, vendas, que controle de estoque, pagamentos, entre outros, estão sendo feitos e de forma correta e de acordo com as instruções da direção. O controle interno também tem a função de apontar e corrigir eventuais erros, além de atuar de forma preventiva, diminuindo a possibilidade de ocorrência de fraudes e irregularidades.

"VII - controles internos que assegurem a pronta elaboração e confiabilidade de relatórios demonstrações financeiras da pessoa jurídica;"

Definir, sempre que possível, as atribuições dos funcionários; Confrontar receitas e despesas com os registros contábeis realizados, confirmando o registro das transações; Estabelecer regras sobre a necessidade de aprovação e autorização específica sobre pagamentos de alto valor, alto risco ou relacionados com o setor público; Definir regras claras para a aprovação de relatórios e documentos contábeis;

Realizar auditorias.

"VIII - procedimentos específicos para Relações comerciais com a

Orientar os funcionários e a direção sobre as leis que disciplinam as contratações públicas, como a Lei nº 8.666/1993, a Lei nº 10.520/2005 e a Lei Complementar nº 123/2006;

prevenir fraudes e administração pública exigem a Os mecanismos de prevenção e de enfrentamento à corrupção; ilícitos no âmbito de observância de princípios e regras e a responsabilização da pessoa jurídica pela prática de atos ilícitos processos específicos. Caso essas regras e contra a administração pública (Lei nº 12.846/2013); Rever, antes de licitatórios, na princípios sejam violados, a MPE participar de qualquer modalidade de licitação, os procedimentos execução de pode sofrer sanções. Para evitar inerentes à respectiva modalidade licitatória, com foco nas condutas contratos que ocorram irregularidades nas vedadas; Incluir no Código de Ética regras referentes à participação administrativos ou relações estabelecidas com o setor em qualquer público, é importante que a MPE em licitação e contratação e relacionamento com a Administração interação com o estabeleça regras sobre o contato Pública; No caso de contratação de preposto ou de terceirização de setor público, ainda de seus funcionários e diretores elaboração de documentos para participar em procedimento que intermediada com agentes públicos; a licitatório, a MPE deverá fiscalizar suas atuações: como trabalham, se por terceiros, tal participação em licitações; o atuam de forma íntegra e regular, dentre outros. Oferecer como pagamento oferecimento de brindes e treinamentos e cursos sobre compras públicas ou políticas anticorrupção aos funcionários que atuarem especificamente nos de tributos, sujeição presentes a agentes públicos; e, a processos licitatórios; Estabelecer que as interações com o setor a fiscalizações, ou contratação de atuais e ex-agentes público e a atuação em procedimentos licitatórios sejam feitas por no obtenção de públicos. Essas regras podem ser mínimo dois representantes da empresa; Envolver pessoas da licenças, devem ser amplamente difundidas direção nos procedimentos licitatórios. A direção da empresa deve autorizações, e na empresa. atuar como supervisor ou revisor durante o procedimento licitatório e permissões e na empresa. durante a execução do contrato; Cumprir corretamente o disposto no certidões;" contrato.

Estabelecer medidas disciplinares significa prever as penalidades e os procedimentos para a punição de funcionários que violarem as regras da MPE, independente da posição "XI - medidas ou cargo ocupado. As penalidades disciplinares em devem ser definidas de forma caso de violação do proporcional à irregularidade programa de cometida, de forma a garantir que integridade;" as medidas de integridade sejam respeitadas e que violações não sejam toleradas. São exemplos de penalidades que podem ser adotadas: advertência, suspensão e demissão. Instituir penalidades e procedimentos disciplinares apropriados e razoáveis para apurar e reprimir a prática de diferentes irregularidades; Inserir as medidas e procedimentos disciplinares no Código de Ética; Alertar os funcionários sobre as penalidades e os procedimentos disciplinares, e disseminar o tema em treinamentos; Formalizar os procedimentos de apuração de irregularidades e aplicação de penalidades; Informar aos funcionários, no momento da contratação, sobre as condutas éticas da empresa e quais violações são passíveis de punições; Incluir cláusula de ciência das condutas éticas da empresa nos contratos de trabalho dos funcionários.

"XII - procedimentos que assegurem a Desenvolver procedimentos que Garantir que mais de um representante da MPE supervisione as pronta interrupção assegurem a interrupção imediata operações ou atividades relevantes, como aquelas que envolvam de irregularidades de irregularidades e infrações e grandes valores ou que estejam relacionadas com o setor público; ou infrações que permitam a reparação dos Investigar situações ou comportamentos inadequados; Registrar detectadas e a danos causados de forma rápida e todas as irregularidades constatadas e a forma de reparação dos tempestiva direta, evitando a ocorrência futura danos; Interromper as irregularidades logo que elas forem remediação dos de situações análogas. detectadas. danos gerados;"

*Na primeira coluna da tabela, estão descritos os parâmetros de integridade que são exigidos para as MPE de acordo com o art. 42 do Decreto nº 8.420, de 18 de março de 2015.

**Na segunda coluna da tabela, são feitos esclarecimentos sobre os parâmetros de integridade, seus conceitos e conteúdo, simplificando-os e aproximando-os da realidade das MPE.

***Na terceira coluna da tabela, constam exemplos não-taxativos de medidas de integridade que as MPE podem utilizar para a criação ou aperfeiçoamento de medidas de integridade

Consulte a autenticidade do código acima em https://homolog.iomat.mt.gov.br/legislacao/diario_oficial/consultar